

Governo controlará os títulos da dívida

NELSON DE OLIVEIRA
Da Editoria de Economia

As negociações com títulos da dívida externa brasileira sofrerão uma fiscalização mais rigorosa por parte do Governo. Divulgadas na última quarta-feira, as novas regras para conversão informal vão permitir um acompanhamento dos pagamentos de débitos externos em moeda nacional.

As medidas vieram para regularizar um mercado que movimentou, entre janeiro e julho deste ano, entre dois e três bilhões de dólares, enriquecendo ainda os especuladores com papéis da dívida brasileira. Porque a regulamentação não veio antes, as autoridades não explicaram com exatidão. "Só agora o volume de negócios chegou a um nível preocupante", afirmou o diretor da Área Externa do Banco Central, Arnin Lore.

Conforme o dirigente, as regras recém-editadas não visam a punir ninguém, mas sim a acompanhar o processo de conversão informal. Lore diz não ter nem certeza sobre a eficácia das regras elaboradas pelo BC. "Quem não quiser cumprir o regulamento, terá liberdade de fazê-lo", afirmou o diretor do BC. Indagado insistentemente sobre punições para aqueles que usarem indevidamente os recursos provenientes da conversão, Lore admitiu a hipótese de que venham a ser enquadrados em processos administrativos, podendo resultar daí advertências e prisões. "Só queremos que o mercado fun-

cione ordenadamente", disse Lore.

Agora, todos os pagamentos em moeda nacional de parcelas vincendas do principal, juros e outros encargos de operações de créditos externo, deverão ser efetuados através de depósito em conta bancária e comunicados ao Banco Central dentro de dois dias úteis a contar da data da realização.

Com isto, o BC espera que a chamada operação "bicicleta" seja desmontada. Através dessa jogada, os especuladores adquirem títulos da dívida externa brasileira no mercado internacional com desconto, já que muitos bancos, com medo de não receber o que emprestaram, entregam os papéis com deságios que chegam a 50 por cento. De posse desses papéis, os especuladores propõem aos devedores, no Brasil, que paguem os débitos com um pequeno desconto, em cruzados. Com os cruzados na mão, os "bicicleteiros" compram dólares no mercado paralelo para reiniciar o processo adquirindo novos títulos da dívida no exterior. Os lucros com esse tipo de operação são fabulosos e o Governo sabe disso há muito tempo, mas nada fez, mesmo ciente de que as empresas estatais são os devedores que mais convertem dívidas em moeda nacional.

De acordo com Arnin Lore, as estatais serão orientadas a não mais participar de conversões informais. Para o setor privado, entretanto, não há nenhuma

restrição. Lore considera saudável a conversão em moeda nacional, uma vez que o dinheiro já está na economia, o que impede o aumento da base monetária (ou emissão primária de moeda).

O diretor do BC explicou que o desejável é que os cruzados pagos pelos devedores sejam utilizados em investimentos em empresas instaladas no País. "Mas se o credor quiser gastar o dinheiro em hotéis de luxo, tudo bem também", disse Lore.

Muito embora o mercado estima em até 3 bilhões de dólares o valor convertido no primeiro semestre deste ano, o Banco Central só recebeu até o momento comunicação de conversão informal no total de 600 milhões de dólares. As novas regras exigem que os pagamentos de dívidas em moeda nacional, feitos antes de 28 último, sejam comunicados dentro de trinta dias ao BC.

A Circular 1326 do BC determina que a comunicação da conversão deve ser acompanhada de manifestação formal do credor concordando com o pagamento em cruzados e do nome do recebedor dos recursos. No caso de o recebedor não ser o credor original, deverão ser apresentados os documentos relativos à cessão, transferência e/ou venda do crédito. Além disso, a circular exige o comprovante do recolhimento do Imposto de Renda, quando se tratar de pagamento de juros ou encargos e a destinação final dos recursos.